

DALTRO, Leolinda de Figueiredo

*mov. feminista.

Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu na Bahia possivelmente em 1860, mas não se tem a data precisa de seu nascimento. Viveu a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, no bairro de Cascadura. Sabe-se que teve cinco filhos e que, provavelmente, os criou longe do marido, de quem era separada.

No Rio de Janeiro, tornou-se próxima do republicano positivista Quintino Bocaiúva e amiga pessoal de Orsina da Fonseca, primeira mulher de Hermes da Fonseca. Precursora do indigenismo no Brasil, defendia a incorporação dos índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização laica e usou de todos os meios ao seu alcance para iniciar, em 1896, o ambicioso projeto de percorrer o interior do país e pôr em prática suas ideias. Sua proposta ganha ainda maior dimensão se se considerar que, à época, o debate público em torno da questão dos índios pendia ora em favor da catequização acompanhada da completa aculturação das tribos, ora em favor da sumária eliminação das populações indígenas remanescentes no Brasil.

Leolinda deixou os filhos com parentes e viajou solitária, passando por São Paulo e chegando a Uberaba, no Triângulo Mineiro. Em São Paulo, encontrou apoio, inclusive financeiro, de membros influentes da elite, como o fazendeiro e político republicano Eduardo Prado, Horace Lane (diretor do Colégio Mackenzie), Caio Prado, Martinho Prado e Elias Fausto. Contudo, à medida que avançava nos sertões, encontrou fortes resistências à sua proposta, pois a incorporação dos índios à sociedade afetava os dois principais pilares do poder local no Brasil do final do século XIX: a Igreja e os proprietários de terras. Em razão de suas ideias, Leolinda sofreu, em Uberaba, toda sorte de perseguições por parte da elite local, chegando a ser escorraçada da cidade por uma turba que a chamava de mulher do diabo. Ainda no Triângulo Mineiro, passou para a cidade vizinha de Araguari, ponto de partida de uma longa viagem pelos sertões de Goiás, atingindo as bordas do Maranhão e do Pará. A peripécia da professora Leolinda Daltro em nome da alfabetização de tribos

indígenas dos sertões brasileiros se encerrou no ano de 1897. No livro que publicou em 1920, a educadora relata esses episódios e um atentado que sofreu em Conceição do Araguaia, no qual foram assassinados o coronel Leão Leda e seu filho, seus protetores na ocasião.

Voltando a viver no Rio de Janeiro, fundou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, com a finalidade de defender a catequização dos índios sem a interferência da Igreja. Em nome da entidade, passou a frequentar todas as solenidades cívicas, como as do dia da Bandeira e de Tiradentes, levando sempre consigo alguns índios que havia trazido de suas incursões pelo interior. Era o bastante para ganhar espaço na imprensa, onde não poucos se dedicaram a criticá-la e a ridicularizá-la. O assunto dividia a opinião pública no Rio de Janeiro, pois, a despeito das resistências, o governo federal decidiu criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Leolinda, dez anos após seu retorno dos sertões, saboreou uma pequena vitória, apesar de não ter sido convidada para a cerimônia de fundação do SPI.

Não satisfeita em defender a incorporação laica dos índios à sociedade brasileira, Leolinda também se dedicou à defesa da conquista da cidadania plena para as mulheres. Com base na ambiguidade da Constituição de 1891, requereu seu alistamento eleitoral, mas teve o pedido recusado. Em protesto, fundou, em dezembro 1910, o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto.

Leolinda apoiava a política nacionalista do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), que, em 1908, quando ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1909), havia instituído uma nova lei de recrutamento militar. Em termos profissionais, assumiu a direção da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, situada no bairro da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Defensoras da igualdade entre os sexos, Orsina e Leolinda promoveram também a criação da Linha de Tiro Feminino Orsina da Fonseca, onde as mulheres poderiam receber treinamento com armas de fogo.

Por mais de uma década, Leolinda e suas companheiras de partido, entre elas a poetisa Gilka Machado, ocuparam a cena política carioca criticando a cidadania incompleta das mulheres e participando de todos os eventos que pudessem causar repercussão na imprensa.

Iniciativas como a da professora Leolinda reavivaram na opinião pública brasileira a polêmica em torno da cidadania parcial das mulheres, como se depreende da correspondência enviada por leitores aos grandes jornais cariocas naquele período. Um exemplo dessa polêmica foi a desavença ocorrida entre um leitor do *Jornal do Brasil* e o prestigioso articulista Carlos de Laet. Em outubro de 1918 o leitor Turíblio Rabioli, que se identificava como militar, enviou uma carta indignada ao *Jornal do Brasil*, endereçada ao jornalista Laet. A fúria do leitor se concentrava no caso de Maria José Rabelo, que havia conquistado o direito de se inscrever no concurso público do Itamarati e fora aprovada. Sobre o assunto afirmava Rabioli, repreendendo o jornalista: que “a defendam (Maria José Rabelo) a Exma Professora Daltro e outras senhoras interessadas na masculinização do seu adorável sexo, assaz o compreendo, mas não que se lhes agregue V. Mcê, de quem esperávamos tivesse mais juízo”. Carlos de Laet, que desde setembro daquele ano vinha utilizando seu espaço no jornal para defender o pleito de Maria José Rabelo e a proposta da professora Daltro de se promover um manifestação pública em apoio à pretensão da jovem candidata a um lugar nos quadros diplomáticos brasileiros, respondeu ao leitor com ironia, chamando-o de neurastênico e de “Adão zangado”. Não satisfeito, Laet aconselhou o leitor a ouvir Leolinda Daltro: “para mansamente o contrariar, preciso se faz o tino prudencial de uma senhora. Tenha a palavra a Sra. Professora Daltro.” Ainda em torno da questão Rabelo, o jornal carioca *A Rua* trouxe na edição de 5 de outubro de 1918 uma menção desairosa ao partido “arregimentado pela Sra. Leolinda Daltro”. Fragmentos de informação como esses demonstram que o movimento articulado por Leolinda foi extremamente ativo na capital federal, dividindo opiniões e aproveitando as oportunidades surgidas a cada momento para trazer à tona a condição feminina no Brasil.

Em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, cargo equivalente ao de prefeito. Em outubro, concedeu entrevista à *Revista Feminina*, onde justificou sua candidatura nos seguintes termos: “Como mulher que sou, com um sentido superior de altruísmo, tenho me preocupado com a necessidade de minorar o sofrimento humano e de se atingir uma melhor distribuição da Justiça.” Sua campanha era simbólica,

uma plataforma para as mulheres denunciarem a discriminação e a desigualdade social e de gênero existentes na sociedade.

Em 1920, Leolinda reuniu seus registros e guardados remanescentes de sua incursão pelos sertões em uma obra publicada pela tipografia da Escola Orsina da Fonseca. O livro recebeu o título *Da catequese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história)*.

Leolinda justificou a publicação tardia de seus registros alegando que a idéia da educação laica dos indígenas fora recebida com indiferença e frieza e a tornara alvo de ridículo.

A partir de então, acompanhou à distância a atuação da segunda geração de feministas. Logo após as mulheres terem alcançado o direito ao voto, no ano de 1932, declarou ser uma pessoa feliz e que já podia morrer depois de ver vitoriosa a luta pela emancipação política da mulher.

Faleceu em um desastre de automóvel em maio de 1935. Por ocasião de sua morte, a revista *Mulher*, editada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, registrou o fato com pesar e ressaltou seu papel como precursora do feminismo no Brasil. Afirmou a revista da Federação que “teve ela que lutar contra a pior das armas de que se serviam os adversários da mulher: o ridículo. Talvez isto a houvesse magoado profundamente tanto que se afastou das lides feministas. Mas a sua obra patriótica não parou aí: dedicou-se à obra da alfabetização no meio desses milhões de analfabetos, nela consumindo a sua velhice”. Também a revista carioca *Ilustração Brasileira*, na edição de junho de 1935, registrou seu falecimento.

Em 2003, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Resolução nº 233, que instituiu o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro. A cada ano são escolhidas dez mulheres para receber a homenagem por seu destaque na vida pública e na defesa dos direitos femininos.

Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques

FONTES: BESSE, S. *Restructuring*; CONS. NAC. DIREITOS MULHER. A Mulher e a Constituinte; GAGLIARDI, J. *O indígena*; HAHNER, J. *Mulher*; *Ilustração Brasileira* (v.12, n.2, jun. 1935). Uma Precursora; *Jornal do Brasil* (26/9/1918, 3/10/1918). Carlos de Laet; *Mulher*: opinião feminina organizada, maio/jun, 1935; TELLES, N. *Medéia*.